Câmara Municipal de Rio Branco
01
LEGISLATIVO
Estado do Acre

Às Comissão Técnicas

Setor Legislativo CMRB
Em 05 / 06 / 2018

DATA:
29 de maio de 2018

Audiência Pública realizada em: 29.06.18

Manuel Marcos
Presidente
Câmara Municipal de Rio Branco

NATUREZA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal do Exercício de 2018

Encaminho à Procuradoria 04.07 Forneck

Rodrigo Forneck
Vereador - PT

AUTOR:
Executivo Municipal

Lido para conhecimento dos Parlamentares na 72 Sessão Ordinária 23/08/2018

Manuel Marcos
Presidente
Câmara Municipal de Rio Branco

ASSUNTO:
Ofício nº195/GAPRE/2018, datado de 23 de maio, encaminha a esta Casa o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2018 e o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2018.

À(s)Comissão(ões)
Finanças
Em 29 / 05 / 18
Presidente CMRB

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
ESTADO DO ACRE
PODER EXECUTIVO
GABINETE DA PREFEITA

Ofício nº 195/GAPRE/2018

Rio Branco, 23 de maio de 2018.

Câmara Municipal de Rio Branco
02
Legislativo
Est. do Acre

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Manuel Marcos
Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco

Assunto: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2018.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101/2000, arts. 52, 53, 54 e 55 e na Resolução TCE/AC nº 061/2007 alterada pela Resolução TCE/AC nº 89/2014, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2018 e o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2018, deste Poder, devidamente publicados no Diário Eletrônico de Contas.

Atenciosamente.

Socorro Neri

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

PROTOCOLO GERAL
Processo / CMRB Nº 546
Em: 24 / 05 / 18
Zilah Rima

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Protocolo Geral
Data: 24 / 05 / 18
Hora: 10:04
Recebido: Zilah Rima

PREFEITURA DE RioBranco
COM VOCÊ NO DIA A DIA

Rua Rui Barbosa, 285 – Centro
Rio Branco – AC – CEP 69.900-901
Tel. +55 (68) 3212-7093/7094/7095
E-mail: prefeitura.riobranco@gmail.com

Câmara Municipal de Rio Branco
03
PROCURADORIA JURÍDICA
ACRE

corretivas que o caso requer, e se abstenha de promover atos que aumentem a despesa de pessoal enquanto perdurar o limite acima do permissivo legal;; 4) encaminhar o resultado da apuração ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre e ao Presidente da Câmara Municipal de Senador Guiomard; 5) Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco, 23 de março de 2018.
Cons°. Valmir Gomes Ribeiro
Presidente
Cons°. Ronald Polanco Ribeiro
Relator
Cons°. José Augusto Araújo de Faria
Cons°. Antonio Cristovão Correia de Messias
Cons°. Dulcinéa Benício de Araújo
Cons°. Subst. Maria de Jesus
Carvalho de Souza
ui presente:
João Izidro de Melo Neto
Procurador do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE Nº 20.362.2015-30
ENTIDADE: Secretaria de Estado de Politicas para as Mulheres
IATUREZA : Prestação de Contas
BJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado Politicas para as Mulheres - SEPMULHERES, ercício de 2014.
SPONSÁVEL: Maria da Conceição Maia de Oliveira
LATOR: Conselheiro Antônio Jorge Malheiro

ÓRDÃO Nº. 10.756/2018/PLENÁRIO

TA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA ESTADO DE POLITICAS PARA AS MULHERES, RCÍCIO DE 2014. REGULAR COM RESSALVAS. ada Regulares com Ressalvas as Contas da etaria de Estado de Politicas para as Mulheres - MULHERES, exercício de 2014. Notificação da ra.

, relatados e discutidos os autos do processo identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal tas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos do **voto** do Conselheiro-Relator: 1) – Por julgar LARES COM RESSALVAS, as Contas da Secretaria de Estado de Politicas para as Mulheres - SEPMULHERES, de responsabilidade da Senhora Maria da Conceição Maia de Oliveira, referentes ao exercício de 2014, valendo como ressalvas, a prorrogação e aditamento ao valor inicial do Contrato nº. 008/2013, em desacordo com o disposto no art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e a ausência de criação do Sistema de Controle Interno pelareferida Secretaria; e 2) - Pela notificação da gestora para conhecimento da necessidade de medidas, visando a implantação do Sistema de Controle Interno na Secretaria de Estado de Politicas para as Mulheres e a observância das normas estabelecidas na legislação vigente, por ocasião da prorrogação e aditamento de contratos. Após, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco, 03 de maio de 2018.
Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro
Presidente do TCE/AC, em exercício
Conselheiro Antonio Jorge Malheiro
Relator
Conselheiro José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias
Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo
Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia
Fui presente:
Sérgio Cunha Mendonça
Procurador-chefe do MPE/TCE/AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 144/2018

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 2º Bimestre de 2018 e o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º Quadrimestre de 2018, do Poder Executivo do Município de Rio Branco, em cumprimento à Lei Complementar Federal nº 101/2000, arts. 52, 53, 54 e 55 e Resolução TCE/AC nº 061/2007 alterada pela Resolução TCE/AC nº 89/2014. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.739.364,63	29.834.646,22	27.009.453,73	28.404.682,12	25.749.576,25	30.070.448,81	28.453.641,62	51.311.227,27	27.164.697,93	29.133.231,07	30.371.435,23	32.290.873,29	369.533.278,17	80.663,75
Pessoal Ativo	27.861.715,72	27.937.787,28	25.051.837,85	26.395.288,76	23.686.813,85	27.982.783,63	26.312.778,82	47.252.082,24	24.992.584,12	26.832.612,43	28.015.818,81	29.864.778,64	342.186.882,15	80.663,75
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	22.137.384,54	23.858.045,36	22.242.861,08	22.722.665,98	20.774.762,51	22.278.188,07	22.835.800,84	42.338.274,27	22.144.870,07	22.814.539,73	24.953.036,86	24.692.584,06	293.793.013,37	80.663,75
Obrigações Patronais	5.724.331,18	4.079.741,92	2.808.976,77	3.672.622,78	2.912.051,34	5.704.595,56	3.476.977,98	4.913.807,97	2.847.714,05	4.018.072,70	3.062.781,95	5.172.194,58	48.393.868,78	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.877.648,91	1.896.858,94	1.957.615,88	2.009.393,36	2.062.762,40	2.087.665,18	2.140.862,80	4.059.145,03	2.172.113,81	2.300.618,64	2.355.616,42	2.426.094,65	27.346.396,02	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.681.419,13	1.696.429,69	1.758.938,91	1.810.053,63	1.863.269,62	1.890.420,63	1.943.618,32	3.673.749,97	1.956.393,80	2.082.899,68	2.073.986,13	2.198.418,17	24.629.597,68	0,00
Pensões	196.229,78	200.429,25	198.676,97	199.339,73	199.492,78	197.244,55	197.244,48	385.395,06	215.720,01	217.718,96	281.630,29	227.676,48	2.716.798,34	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.671.934,19	3.771.323,70	2.585.993,71	3.361.572,38	2.092.755,27	2.358.466,99	2.025.385,62	6.687.783,42	2.549.898,86	2.174.131,08	4.872.949,72	2.430.466,54	37.582.661,48	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.009.954,13	574.747,22	836.387,64	817.518,65	259.582,32	293.073,74	87.224,25	1.406.752,10	0,00	20.958,02	290.546,93	229.450,27	5.826.195,27	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	20.621,45	1.535.893,39	9.759,63	569.925,75	2.352,35	213.912,54	1.231,37	1.664.407,22	0,00	5.594,50	0,00	2.183,31	4.025.881,51	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	13.345,09	10.564,19	27.032,66	200.726,28	4.049,84	0,00	32.251,65	10.289,17	613.969,52	87.452,01	2.485.027,16	24.437,63	3.509.145,20	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.628.013,52	1.650.118,90	1.712.813,78	1.773.401,70	1.826.770,76	1.851.480,71	1.904.678,35	3.606.334,93	1.935.929,34	2.060.126,55	2.097.375,63	2.174.395,33	24.221.439,50	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.067.430,44	26.063.322,52	24.423.460,02	25.043.109,74	23.656.820,98	27.711.981,82	26.428.256,00	44.623.443,85	24.614.799,07	26.959.099,99	25.498.485,51	29.860.406,75	331.950.616,69	80.663,75

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	752.712.992,29	———
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	———
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	752.712.992,29	———
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	332.031.280,44	44,11
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	406.465.015,84	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	386.141.765,04	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	365.818.514,25	48,60

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 15/05/2018 e hora de emissão 15:58:02

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Marco Castro Macêdo
Secretário Mún. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

WILLIAN ALFONSO FERREIRA FIGUEIRA
AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
MATRÍCULA: 546478

Câmara Municipal de Rio Branco
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

Câmara Municipal de Rio Branco
Legislativo
Estado do Acre

Câmara Municipal de Rio Branco
05
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

Câmara Municipal de Rio Branco
Legislativo
Est. do Acre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
RGF - Anexo 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea "b") JANEIRO A ABRIL DE 2018 R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo do Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	222.073.551,68	221.359.044,07	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	134.346.479,29	133.631.971,68	0,00	0,00
Empréstimos	106.523.707,02	107.087.651,15	0,00	0,00
Internos	106.523.707,02	107.087.651,15	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	27.822.772,27	26.544.320,53	0,00	0,00
De Tributos	5.689.141,65	5.584.247,85	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	12.615.717,67	11.878.421,81	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	9.517.912,95	9.081.650,87	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	87.727.072,39	87.727.072,39	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	78.375.721,51	116.293.586,09	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	78.375.721,51	116.293.586,09	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	81.840.063,64	116.302.158,71	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	-3.464.342,13	-8.572,62	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[2] (DCL) (III) = (I - II)	143.697.830,17	105.065.457,98	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	709.264.779,41	752.712.992,29	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	31,31	29,41	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	20,26	13,96	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	851.117.735,29	903 255.590,75	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	766.005.961,76	812.930.031,67	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo do Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	414.686.539,81	414.686.539,81	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	1.222.980,36	710.658,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	13.661.550,32	2.849.292,72	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 15/05/2018 e hora de emissão 16:46:21
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios psteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos"

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tanismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/O-1

WELLAN ALFONSO FERREIRA FILGUEIRA
AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
MATRÍCULA: 548476

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	709.264.779,41	752.712.992,29	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	156.038.251,47	165.596.858,30	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	140.434.426,32	149.037.172,47	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19.80%				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)				

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 15/05/2018 e hora de emissão 13:22:56
Nota: 1 Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

WILLIAN ALFONSO FERREIRA FILGUEIRA
AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
MATRÍCULA: 546476

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Secretário Mún. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonilamar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

Câmara Municipal de Rio Branco
Estado do Acre
Legislativo

Câmara Municipal de Rio Branco
07
PROCURADORIA JURÍDICA
Est. do Acre

Câmara Municipal de Rio Branco
06
Legislativo
Est. do Acre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	34.922.601,00
Interna	0,00	34.922.601,00
Empréstimos	0,00	34.922.601,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [2] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	34.922.601,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RLC
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	752.712.992,29	0,00 %
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	34.922.601,00	4,64 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	120.434.078,77	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40 %	108.390.670,89	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	52.689.909,46	7,00 %

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 15/05/2018 e hora de emissão 13:23:39
[1] Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Secretário Mún. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jenismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/O-1

WILLIAN ALFONSO FERREIRA FIGUEIRA
AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
MATRÍCULA: 546476

Câmara Municipal de Rio Branco
08
PROCURADORIA JURÍDICA
Est. do Acre

Câmara Municipal de Rio Branco
07
Legislativo
Est. do Acre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, art. 48 - Anexo 6 — JANEIRO A ABRIL DE 2018 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	752.712.992,29
Receita Corrente líquida Ajustada	752.712.992,29

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	332.031.280,44	44,11
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	406.465.015,84	54,00
Limite Prudencial (§ Único, art. 22 da LRF) - <%>	386.141.765,04	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	365.818.514,25	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	105.065.457,98	13,96
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	903.255.590,75	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	165.596.858,30	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Créditos Externas e Internas	34.922.601,00	4,64
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	120.434.078,77	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	52.689.909,46	7,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 15/05/2018 e hora de emissão 17:48:54

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/O-1

WILLIAN ALFONSO FERREIRA FILGUEIRA
AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
MATRÍCULA: 546478

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	779.447.448,00	787.795.801,33	149.536.587,70	18,98	289.976.261,98	36,81	497.819.539,35
RECEITAS CORRENTES	725.064.954,00	728.511.307,33	143.394.120,24	19,68	279.977.355,43	38,43	448.533.951,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	122.713.195,00	122.713.195,00	34.978.944,25	28,50	56.594.348,50	46,12	66.118.846,50
Impostos	118.494.676,00	118.494.676,00	33.952.568,83	28,65	54.284.724,68	45,81	64.209.951,32
Taxas	4.218.519,00	4.218.519,00	1.026.375,42	24,33	2.309.623,82	54,75	1.908.895,18
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	28.014.083,00	28.014.083,00	5.171.402,65	18,46	10.513.615,69	37,53	17.500.467,31
Contribuições Sociais	15.166.620,00	15.166.620,00	2.775.897,37	18,30	5.521.253,30	36,40	9.645.366,70
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	12.847.463,00	12.847.463,00	2.395.505,28	18,65	4.992.362,39	38,86	7.855.100,61
RECEITA PATRIMONIAL	31.660.429,00	31.660.429,00	8.925.467,00	28,19	16.653.415,93	52,60	15.007.013,07
Receitas Imobiliárias	798.298,00	798.298,00	237.900,08	29,80	554.734,71	69,49	243.563,29
Receitas de Valores Mobiliários	28.908.200,00	28.908.200,00	8.377.735,35	28,98	15.595.101,28	53,95	13.313.098,72
Receita de Concessões e Permissões	1.953.931,00	1.953.931,00	309.831,57	15,86	503.579,94	25,77	1.450.351,06
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	25.000.000,00	25.000.000,00	3.886.269,36	15,55	6.657.987,02	26,63	18.342.012,98
Receita da Indústria Extrativa de Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	25.000.000,00	25.000.000,00	3.886.269,36	15,55	6.657.987,02	26,63	18.342.012,98
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	8.112.528,00	8.112.528,00	5.392.366,64	66,47	6.477.718,50	79,85	1.634.809,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	501.345.645,00	504.791.998,33	84.736.063,95	16,79	181.322.308,05	35,92	323.469.690,28
Transferências Intergovernamentais	482.215.971,00	485.382.576,98	82.077.290,35	16,91	176.206.595,03	36,30	309.175.981,95
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	19.129.674,00	19.409.421,35	2.658.773,60	13,70	5.115.713,02	26,36	14.293.708,33
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.219.074,00	8.219.074,00	303.606,39	3,69	1.757.961,74	21,39	6.461.112,26
Multas e Juros de Mora	350.482,00	350.482,00	204.575,31	58,37	360.929,46	102,98	-10.447,46
Indenizações e Restituições	2.000,00	2.000,00	36.486,65	1.824,3	693.097,25	34.654,8	-691.097,25
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	7.866.592,00	7.866.592,00	62.544,43	0,80	703.935,03	8,95	7.162.656,97
RECEITAS DE CAPITAL	54.382.494,00	59.284.494,00	6.142.467,46	10,36	9.998.906,55	16,87	49.285.587,45

Continua (1/3)

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Procuradoria Jurídica
Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Continuação
R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.922.601,00	34.922.601,00	2.565.767,10	7,35	2.693.893,24	7,71	32.228.707,76
Operações de Crédito Internas	34.922.601,00	34.922.601,00	2.565.767,10	7,35	2.693.893,24	7,71	32.228.707,76
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.459.893,00	24.361.893,00	3.576.700,36	14,68	7.305.013,31	29,99	17.056.879,69
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	19.459.893,00	24.361.893,00	3.576.700,36	14,68	7.305.013,31	29,99	17.056.879,69
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.869.360,00	24.869.360,00	5.709.447,21	22,96	12.888.450,42	51,82	11.980.909,58
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	804.316.808,00	812.665.161,33	155.246.034,91	19,10	302.864.712,40	37,27	509.800.448,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	804.316.808,00	812.665.161,33	155.246.034,91	19,10	302.864.712,40	37,27	509.800.448,93
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	804.316.808,00	812.665.161,33	155.246.034,91	19,10	302.864.712,40	37,27	509.800.448,93
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	8.413.308,37	0,00	0,00	8.413.308,37	100,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	8.413.308,37	0,00	0,00	8.413.308,37	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	771.654.124,00	788.374.785,70	127.716.345,93	299.249.461,73	489.125.323,97	126.310.928,92	225.564.875,12	562.809.910,58	222.756.693,85
DESPESAS CORRENTES	645.445.264,00	652.886.051,38	117.893.381,74	277.247.391,19	375.638.660,19	117.909.751,95	210.500.400,86	442.385.650,52	207.692.219,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	357.120.165,00	347.320.209,19	59.943.714,66	114.221.447,63	233.098.761,56	59.990.457,26	113.945.586,87	233.374.622,32	112.976.945,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.964.190,00	12.566.793,00	1.613.453,18	3.456.459,25	9.110.333,75	1.663.957,69	3.006.348,67	9.560.444,33	3.006.348,67

Continua (2/3)

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Procuradoria Jurídica
Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Continuação
R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.360.909,00	292.999.049,19	56.336.213,90	159.569.484,31	133.429.564,88	56.255.337,00	93.548.465,32	199.450.583,87	91.708.925,02
DESPESAS DE CAPITAL	97.981.663,00	107.481.501,72	9.822.964,19	22.002.070,54	85.479.431,18	8.401.176,97	15.064.474,26	92.417.027,46	15.064.474,26
INVESTIMENTOS	46.627.014,00	57.666.345,23	8.280.184,67	17.821.765,29	39.844.579,94	6.612.322,05	11.600.606,29	46.065.738,94	11.600.606,29
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.100,00	5.100,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	51.349.549,00	49.810.056,49	1.542.779,52	4.180.305,25	45.629.751,24	1.788.854,92	3.463.867,97	46.346.188,52	3.463.867,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.215.698,00	995.733,60	0,00	0,00	995.733,60	0,00	0,00	995.733,60	0,00
RESERVA DO RPPS	27.011.499,00	27.011.499,00	0,00	0,00	27.011.499,00	0,00	0,00	27.011.499,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	32.662.684,00	32.703.684,00	5.524.000,99	11.458.429,87	21.245.254,13	5.611.024,02	10.674.619,22	22.029.064,78	9.889.442,43
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	804.316.808,00	821.078.469,70	133.240.346,92	310.707.891,60	510.370.578,10	131.921.952,94	236.239.494,34	584.838.975,36	232.646.136,28
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	804.316.808,00	821.078.469,70	133.240.346,92	310.707.891,60	510.370.578,10	131.921.952,94	236.239.494,34	584.838.975,36	232.646.136,28
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.625.218,06		0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	804.316.808,00	821.078.469,70	133.240.346,92	310.707.891,60	510.370.578,10	131.921.952,94	302.864.712,40	584.838.975,36	232.646.136,28

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	24.869.360,00	24.869.360,00	5.709.447,21	22,96	12.888.450,42	51,82	11.980.909,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.869.360,00	24.869.360,00	5.709.447,21	22,96	12.888.450,42	51,82	11.980.909,58
TOTAL	24.869.360,00	24.869.360,00	5.709.447,21	22,96	12.888.450,42	51,82	11.980.909,58

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	32.662.684,00	32.703.684,00	5.524.000,99	11.458.429,87	21.245.254,13	5.611.024,02	10.674.619,22	22.029.064,78	9.889.442,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.662.684,00	32.703.684,00	5.524.000,99	11.458.429,87	21.245.254,13	5.611.024,02	10.674.619,22	22.029.064,78	9.889.442,43
TOTAL	32.662.684,00	32.703.684,00	5.524.000,99	11.458.429,87	21.245.254,13	5.611.024,02	10.674.619,22	22.029.064,78	9.889.442,43

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:07:53
Nota: Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/1964.

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Marcelo Castro Macedo
Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Procuradoria Jurídica

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	771.654.124,00	788.374.785,70	127.716.345,93	299.249.461,73	100,00	489.125.323,97	126.310.928,92	225.564.875,12	100,00	562.809.910,58
01 - Legislativa	25.520.001,00	26.126.862,43	4.405.761,30	11.409.153,27	3,81	14.717.709,16	4.103.004,65	7.663.334,85	3,40	18.463.527,58
01.031 - Ação Legislativa	25.520.001,00	26.126.862,43	4.405.761,30	11.409.153,27	3,81	14.717.709,16	4.103.004,65	7.663.334,85	3,40	18.463.527,58
03 - Essencial à Justiça	44.274.776,00	44.274.776,00	1.189.479,71	3.773.226,89	1,26	40.501.549,11	1.379.275,59	3.177.329,04	1,41	41.097.446,96
03.091 - Defesa da Ordem Jurídica	36.676.676,00	36.676.676,00	100.888,36	1.074.266,70	0,36	35.602.409,30	290.684,24	478.368,85	0,21	36.198.307,15
03.122 - Administração Geral	7.598.100,00	7.598.100,00	1.088.591,35	2.698.960,19	0,90	4.899.139,81	1.088.591,35	2.698.960,19	1,20	4.899.139,81
04 - Administração	95.503.630,00	98.208.949,96	19.374.211,41	49.079.049,31	16,40	49.129.900,65	16.455.809,59	29.478.444,74	13,07	68.730.505,22
04.121 - Planejamento e Orçamento	177.037,00	177.037,00	0,00	0,00	0,00	177.037,00	0,00	0,00	0,00	177.037,00
04.122 - Administração Geral	85.840.587,00	88.207.277,96	19.022.875,66	40.091.003,67	13,40	48.116.274,29	15.066.483,08	27.174.818,29	12,05	61.032.459,67
04.123 - Administração Financeira	1.341.003,00	1.396.003,00	67.706,75	604.416,64	0,20	791.586,36	206.394,21	247.421,09	0,11	1.148.581,91
04.124 - Controle Interno	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
04.126 - Tecnologia da Informação	2,00	283.631,00	283.629,00	283.629,00	0,09	2,00	0,00	0,00	0,00	283.631,00
04.131 - Comunicação Social	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
04.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	8.100.000,00	8.100.000,00	0,00	8.100.000,00	2,71	0,00	1.182.932,30	2.056.205,36	0,91	6.043.794,64
06 - Segurança Pública	3.631.878,00	3.631.878,00	605.466,74	1.218.642,49	0,41	2.413.235,51	566.947,74	939.160,99	0,42	2.692.717,01
06.122 - Administração Geral	2.332.750,00	2.332.750,00	323.234,49	668.030,18	0,22	1.664.719,82	323.234,49	668.030,18	0,30	1.664.719,82
06.181 - Policiamento	1.257.600,00	1.257.600,00	274.472,25	539.022,25	0,18	718.577,75	243.713,25	267.300,75	0,12	990.299,25
06.182 - Defesa Civil	41.528,00	41.528,00	7.760,00	11.590,06	0,00	29.937,94	0,00	3.830,06	0,00	37.697,94
08 - Assistência Social	21.123.741,00	21.155.066,34	2.983.423,70	7.408.690,67	2,48	13.746.375,67	3.141.686,02	5.518.869,97	2,45	15.636.196,37
08.122 - Administração Geral	8.150.600,00	8.150.600,00	1.445.137,17	2.725.349,34	0,91	5.425.250,66	1.431.854,15	2.625.801,59	1,16	5.524.798,41
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	1.220.000,00	1.240.000,00	141.329,00	297.449,66	0,10	942.550,34	147.329,00	267.449,66	0,12	972.550,34
08.244 - Assistência Comunitária	11.345.141,00	11.356.466,34	1.396.957,53	4.385.891,67	1,47	6.970.574,67	1.562.502,87	2.625.618,72	1,16	8.730.847,62
08.361 - Ensino Fundamental	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
08.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
09 - Previdência Social	39.679.434,00	39.679.434,00	5.028.959,50	10.033.206,04	3,35	29.646.227,96	5.137.507,97	9.852.586,64	4,37	29.826.847,36
09.272 - Previdência do Regime Estatutário	39.679.434,00	39.679.434,00	5.028.959,50	10.033.206,04	3,35	29.646.227,96	5.137.507,97	9.852.586,64	4,37	29.826.847,36
10 - Saúde	114.503.984,00	121.396.208,73	22.904.028,79	47.169.975,61	15,76	74.226.233,12	20.931.059,91	36.635.441,94	16,24	84.760.766,79
10.301 - Alenção Básica	94.752.954,00	98.850.002,52	19.473.873,37	40.521.829,24	13,54	58.328.173,28	18.569.183,65	32.785.806,25	14,54	66.064.196,27
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.216.321,00	4.464.321,00	1.081.707,71	2.112.767,31	0,71	2.351.553,69	354.433,84	761.184,58	0,34	3.703.136,42
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	8.089.708,00	9.663.792,97	1.278.327,08	2.131.730,08	0,71	7.532.062,89	1.118.087,42	1.376.085,56	0,61	8.287.707,41
10.305 - Vigilância Epidemiológica	8.385.001,00	8.358.092,24	1.070.120,63	2.403.648,98	0,80	5.954.443,26	889.355,00	1.712.365,55	0,76	6.645.726,69
10.306 - Alimentação e Nutrição	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
11 - Trabalho	2.804.003,00	2.804.003,00	212.445,00	446.401,20	0,15	2.357.601,80	212.445,00	446.401,20	0,20	2.357.601,80
11.334 - Fomento ao Trabalho	2.343.003,00	2.343.003,00	212.445,00	446.401,20	0,15	1.896.601,80	212.445,00	446.401,20	0,20	1.896.601,80
11.692 - Comercialização	461.000,00	461.000,00	0,00	0,00	0,00	461.000,00	0,00	0,00	0,00	461.000,00
12 - Educação	136.951.288,00	137.010.410,81	27.668.650,96	47.552.845,76	15,89	89.457.565,05	24.716.773,41	42.448.353,21	18,82	94.562.057,60
12.122 - Administração Geral	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

Continua (1/3)

Câmara Municipal de Rio Branco PROCURADORIA JURÍDICA Estado do Acre
Câmara Municipal de Rio Branco Legislativo Estado do Acre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação
R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
12.361 - Ensino Fundamental	45.722.351,00	45.871.647,75	9.952.802,56	16.623.508,50	5,56	29.248.139,25	9.181.347,92	15.484.461,56	6,86	30.387.186,19
12.365 - Educação Infantil	90.964.893,00	90.861.906,31	17.651.384,41	30.864.873,27	10,31	59.997.033,04	15.527.317,46	26.955.783,62	11,95	63.906.122,69
12.366 - Educação de Jovens e Adultos	244.044,00	256.856,75	64.463,99	64.463,99	0,02	192.392,76	8.108,03	8.108,03	0,00	248.748,72
13 - Cultura	3.680.013,00	3.718.306,14	1.206.259,96	2.044.721,36	0,68	1.673.584,78	1.260.265,96	1.854.221,36	0,82	1.864.084,78
13.122 - Administração Geral	1.100.000,00	1.150.000,00	342.697,87	631.881,02	0,21	518.118,98	342.697,87	631.881,02	0,28	518.118,98
13.392 - Difusão Cultural	2.580.013,00	2.568.306,14	863.562,09	1.412.840,34	0,47	1.155.465,80	917.568,09	1.222.340,34	0,54	1.345.965,80
14 - Direitos da Cidadania	3.961.574,00	4.061.574,00	596.137,78	1.110.246,15	0,37	2.951.327,85	512.489,78	1.011.586,15	0,45	3.049.987,85
14.122 - Administração Geral	3.035.050,00	3.035.050,00	491.297,78	967.927,73	0,32	2.067.122,27	491.297,78	967.927,73	0,43	2.067.122,27
14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	926.524,00	1.026.524,00	104.840,00	142.318,42	0,05	884.205,58	21.192,00	43.658,42	0,02	982.865,58
15 - Urbanismo	152.155.881,00	156.699.656,72	26.440.645,71	75.332.436,32	25,17	81.367.220,40	30.791.713,99	53.969.617,67	23,93	102.730.039,05
15.122 - Administração Geral	23.025.992,00	23.025.992,00	3.629.159,91	7.125.007,85	2,38	15.900.984,15	3.629.159,91	7.125.007,85	3,16	15.900.984,15
15.451 - Infra-Estrutura Urbana	88.697.756,00	92.463.669,69	16.666.389,39	51.793.431,79	17,31	40.670.237,90	20.304.246,99	32.811.075,25	14,55	59.652.594,44
15.452 - Serviços Urbanos	39.941.487,00	40.750.749,03	6.095.159,98	16.304.651,33	5,45	24.446.097,70	6.828.602,63	13.988.977,88	6,20	26.761.771,15
15.453 - Transportes Coletivos Urbanos	400.646,00	369.246,00	49.936,43	109.345,35	0,04	259.900,65	29.704,46	44.556,69	0,02	324.689,31
15.512 - Saneamento Básico Urbano	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
16 - Habitação	697.081,00	867.110,29	202.502,48	208.610,56	0,07	658.499,73	48.943,76	48.943,76	0,02	818.166,53
16.451 - Infra-Estrutura Urbana	55.040,00	45.069,29	0,00	0,00	0,00	45.069,29	0,00	0,00	0,00	45.069,29
16.482 - Habitação Urbana	642.041,00	822.041,00	202.502,48	208.610,56	0,07	613.430,44	48.943,76	48.943,76	0,02	773.097,24
17 - Saneamento	10.960.383,00	10.960.383,00	1.504.445,89	6.963.487,49	2,33	3.996.895,51	2.021.063,75	5.069.561,81	2,25	5.890.821,19
17.122 - Administração Geral	10.960.383,00	10.960.383,00	1.504.445,89	6.963.487,49	2,33	3.996.895,51	2.021.063,75	5.069.561,81	2,25	5.890.821,19
18 - Gestão Ambiental	27.389.059,00	27.389.059,00	5.821.814,75	15.144.535,48	5,06	12.244.523,52	5.316.080,10	10.393.900,08	4,61	16.995.158,92
18.122 - Administração Geral	7.221.387,00	7.221.387,00	749.445,55	2.732.413,39	0,91	4.488.973,61	1.279.599,07	2.564.131,15	1,14	4.657.255,85
18.452 - Serviços Urbanos	18.173.661,00	18.173.661,00	4.876.249,58	12.011.008,17	4,01	6.162.652,83	3.929.134,84	7.630.522,91	3,38	10.543.138,09
18.541 - Preservação e Conservação Ambiental	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
18.542 - Controle Ambiental	1.644.011,00	1.644.011,00	196.119,62	401.113,92	0,13	1.242.897,08	107.346,19	199.246,02	0,09	1.444.764,98
19 - Ciência e Tecnologia	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
19.126 - Tecnologia da Informação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
20 - Agricultura	16.918.908,00	16.978.878,71	1.703.162,14	6.454.313,55	2,16	10.524.565,16	3.005.793,90	6.044.467,60	2,68	10.934.411,11
20.122 - Administração Geral	4.903.455,00	4.903.455,00	802.174,79	1.592.526,52	0,53	3.310.928,48	802.174,79	1.592.526,52	0,71	3.310.928,48
20.602 - Promoção da produção Animal	1.218.620,00	1.228.590,71	9.970,71	9.970,71	0,00	1.218.620,00	9.970,71	9.970,71	0,00	1.218.620,00
20.605 - Abastecimento	10.796.833,00	10.846.833,00	891.016,64	4.851.816,32	1,62	5.995.016,68	2.193.648,40	4.441.970,37	1,97	6.404.862,63
26 - Transporte	16.852.649,00	19.095.249,00	2.353.422,71	7.146.638,33	2,39	11.948.610,67	3.198.820,47	4.596.686,39	2,04	14.498.562,61
26.452 - Serviços Urbanos	1.140.800,00	2.430.800,00	537.979,04	863.579,04	0,29	1.567.220,96	219.348,56	290.779,04	0,13	2.140.020,96
26.453 - Transportes Coletivos Urbanos	15.696.849,00	16.649.449,00	1.815.443,67	6.283.059,29	2,10	10.366.389,71	2.979.471,91	4.305.907,35	1,91	12.343.541,65
26.782 - Transporte Rodoviário	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
27 - Desporto e lazer	5.034.831,00	5.132.795,40	518.487,07	1.184.100,48	0,40	3.948.694,92	514.207,00	846.786,95	0,38	4.286.008,45

Continua (2/3)

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - PROCURADORIA JURÍDICA 13
Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo 12

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação
R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
27.122 - Administração Geral	1.333.000,00	1.333.000,00	195.958,06	399.253,60	0,13	933.746,40	195.958,06	399.253,60	0,18	933.746,40
27.811 - Desporto de Rendimento	16.993,00	258.443,53	216.259,28	226.259,28	0,08	32.184,25	104.062,20	104.062,20	0,05	154.381,33
27.812 - Desporto Comunitário	3.684.838,00	3.541.351,87	106.269,73	558.587,60	0,19	2.982.764,27	214.186,74	343.471,15	0,15	3.197.880,72
28 - Encargos Especiais	23.333.000,00	22.726.138,57	2.997.040,33	5.569.180,77	1,86	17.156.957,80	2.997.040,33	5.569.180,77	2,47	17.156.957,80
28.843 - Serviço da Dívida Interna	23.333.000,00	22.726.138,57	2.997.040,33	5.569.180,77	1,86	17.156.957,80	2.997.040,33	5.569.180,77	2,47	17.156.957,80
99 - Reserva de Contingência	26.648.010,00	26.428.045,60	0,00	0,00	0,00	26.428.045,60	0,00	0,00	0,00	26.428.045,60
99.997 - Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS	25.432.312,00	25.432.312,00	0,00	0,00	0,00	25.432.312,00	0,00	0,00	0,00	25.432.312,00
99.999 - Reserva de Contingência	1.215.698,00	995.733,60	0,00	0,00	0,00	995.733,60	0,00	0,00	0,00	995.733,60
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	32.662.684,00	32.703.684,00	5.524.000,99	11.458.429,87	100,00	21.245.254,13	5.611.024,02	10.674.619,22	100,00	22.029.064,78
TOTAL (III) = (I + II)	804.316.808,00	821.078.469,70	133.240.346,92	310.707.891,60	100,00	510.370.578,10	131.921.952,94	236.239.494,34	100,00	584.838.975,36

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	32.662.684,00	32.703.684,00	5.524.000,99	11.458.429,87	100,00	21.245.254,13	5.611.024,02	10.674.619,22	100,00	22.029.064,78
01 - Legislativa	816.000,00	816.000,00	164.482,62	328.177,34	2,86	487.822,66	164.482,62	328.177,34	3,07	487.822,66
01.031 - Ação Legislativa	816.000,00	816.000,00	164.482,62	328.177,34	2,86	487.822,66	164.482,62	328.177,34	3,07	487.822,66
04 - Administração	9.748.151,00	9.748.151,00	2.291.078,53	4.269.506,66	37,26	5.478.644,34	2.291.078,53	4.268.307,22	39,99	5.479.843,78
04.122 - Administração Geral	9.748.151,00	9.748.151,00	2.291.078,53	4.269.506,66	37,26	5.478.644,34	2.291.078,53	4.268.307,22	39,99	5.479.843,78
10 - Saúde	8.795.533,00	8.795.533,00	1.604.220,36	2.387.125,19	20,83	6.408.407,81	1.604.220,36	2.387.125,19	22,36	6.408.407,81
10.301 - Atenção Básica	8.795.533,00	8.795.533,00	1.604.220,36	2.387.125,19	20,83	6.408.407,81	1.604.220,36	2.387.125,19	22,36	6.408.407,81
12 - Educação	11.760.000,00	11.760.000,00	1.380.593,17	3.293.572,92	28,74	8.466.427,08	1.380.593,17	3.293.572,92	30,85	8.466.427,08
12.361 - Ensino Fundamental	5.150.000,00	5.150.000,00	653.103,84	1.562.576,06	13,64	3.587.423,94	653.103,84	1.562.576,06	14,64	3.587.423,94
12.365 - Educação Infantil	6.610.000,00	6.610.000,00	727.489,33	1.730.996,86	15,11	4.879.003,14	727.489,33	1.730.996,86	16,22	4.879.003,14
13 - Cultura	50.000,00	50.000,00	10.611,17	15.578,63	0,14	34.421,37	10.611,17	15.578,63	0,15	34.421,37
13.122 - Administração Geral	50.000,00	50.000,00	10.611,17	15.578,63	0,14	34.421,37	10.611,17	15.578,63	0,15	34.421,37
17 - Saneamento	1.073.000,00	1.073.000,00	0,00	1.055.944,32	9,22	17.055,68	87.023,03	273.333,11	2,56	799.666,89
17.122 - Administração Geral	1.073.000,00	1.073.000,00	0,00	1.055.944,32	9,22	17.055,68	87.023,03	273.333,11	2,56	799.666,89
26 - Transporte	420.000,00	461.000,00	73.015,14	108.524,81	0,95	352.475,19	73.015,14	108.524,81	1,02	352.475,19
26.453 - Transportes Coletivos Urbanos	420.000,00	461.000,00	73.015,14	108.524,81	0,95	352.475,19	73.015,14	108.524,81	1,02	352.475,19
TOTAL	32.662.684,00	32.703.684,00	5.524.000,99	11.458.429,87	100,00	21.245.254,13	5.611.024,02	10.674.619,22	100,00	22.029.064,78

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:10:57

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Marcelo Castro Magalhães
Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

(3/3)
Câmara Municipal de Rio Branco
Legislativo
Estado do Acre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RREO – Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ULTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018		
RECEITAS CORRENTES (I)	65.869.208,62	66.936.621,19	74.820.176,75	65.100.478,69	56.890.067,19	61.453.037,33	58.347.359,01	95.873.858,45	72.781.679,90	81.361.109,84	71.056.141,07	86.865.764,45	857.355.502,49	817.126.513,33
Receita Tributária	10.513.002,00	10.142.278,04	9.913.224,90	9.664.809,31	7.813.443,86	9.059.462,15	8.685.768,83	12.875.479,58	10.658.432,27	10.956.971,98	13.605.815,29	21.373.128,96	135.261.817,17	122.713.195,00
IPTU	1.669.631,22	1.660.499,34	1.516.110,40	1.402.812,75	299.231,48	315.247,03	258.974,43	251.185,04	1.234.999,07	1.226.745,70	2.546.501,39	12.190.721,99	24.572.659,84	22.042.873,00
ISS	5.834.897,68	5.369.839,16	6.145.591,25	5.732.910,83	5.757.673,20	6.277.351,00	6.467.693,44	8.867.046,94	6.334.368,49	7.618.847,03	8.320.024,57	6.658.955,84	79.385.199,43	76.149.735,00
ITBI	481.367,71	496.760,78	474.161,73	583.113,82	353.501,42	485.976,96	329.927,06	512.891,14	418.859,83	248.377,54	467.141,32	766.081,08	5.618.160,39	4.730.174,00
IRRF	2.171.935,66	2.370.680,29	1.527.458,86	1.690.415,37	1.226.937,45	1.840.125,18	1.478.091,28	3.064.639,50	1.750.195,66	1.499.762,53	1.913.247,98	1.089.894,66	21.623.384,42	15.571.894,00
Outras Receitas Tributárias	355.169,73	244.498,47	249.902,66	255.556,54	176.100,31	140.761,98	151.082,62	179.716,96	920.009,22	363.239,18	358.900,03	667.475,39	4.062.413,09	4.218.519,00
Receita de Contribuições	3.029.371,87	3.109.885,43	3.442.751,98	1.748.921,16	2.363.405,66	3.330.791,03	2.487.382,30	4.602.172,61	2.929.433,91	2.412.779,13	2.794.577,18	2.376.825,47	34.628.297,73	28.014.083,00
Receita Patrimonial	1.139.202,72	2.228.413,96	8.331.155,48	4.536.121,93	3.341.627,49	1.724.977,93	924.279,66	4.062.782,07	4.987.103,71	2.740.845,22	4.272.766,62	4.652.700,38	42.941.977,17	31.660.429,00
Receita Industrial	1.667.274,10	1.722.022,74	1.328.782,02	1.704.049,01	989.235,82	2.211.472,74	2.370.308,80	4.398.705,03	785.855,80	1.985.861,86	1.322.945,14	2.563.324,22	23.049.837,28	25.000.000,00
Receita de Serviços	727.634,29	626.902,57	555.018,92	535.956,96	171.991,14	174.536,60	153.946,89	171.343,34	556.632,02	528.719,84	828.477,08	4.563.889,56	9.595.049,21	8.112.528,00
Transferências Correntes	47.410.244,79	47.542.684,82	49.916.741,30	45.602.299,12	41.101.293,54	43.175.736,72	41.224.057,77	65.653.707,42	52.344.948,58	61.800.850,07	48.043.673,11	51.220.176,12	595.036.413,36	593.407.204,33
Cota-Parte do FPM	22.992.191,28	21.192.264,35	27.362.476,01	18.562.482,24	15.586.233,01	17.663.650,69	18.168.301,72	34.956.833,96	25.063.176,42	32.765.410,08	22.093.423,70	23.103.819,19	279.510.262,65	267.621.483,00
Cota-Parte do ICMS	9.830.569,86	12.486.605,08	10.503.363,01	10.764.595,47	13.184.048,94	12.696.537,55	11.659.092,69	13.522.246,04	13.745.437,35	11.911.997,54	11.277.186,32	10.870.611,31	142.452.291,16	128.264.848,00
Cota-Parte do IPVA	2.194.732,35	2.175.054,87	1.960.894,47	2.212.561,78	1.748.384,24	1.346.278,10	883.858,27	712.956,78	1.931.861,41	2.332.606,13	2.686.887,42	2.579.548,26	22.765.624,08	26.944.611,00
Cota-Parte do ITR	1.220,85	2.516,50	1.088,99	1.170,67	5.425,30	64.917,33	10.492,18	6.191,07	4.858,15	979,62	720,95	672,21	100.253,82	26.794,00
Transferências da LC 87/1996	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.526,47	16.526,47	16.526,47	16.526,47	201.086,20	173.807,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	7.522.475,84	7.371.404,69	5.882.789,85	6.462.194,88	5.896.956,81	6.550.120,16	6.419.981,25	8.282.825,89	7.936.410,67	9.515.163,47	6.940.022,82	4.462.475,07	83.242.821,40	79.601.727,00
Outras Transferencias Correntes	4.852.182,07	4.297.966,79	4.189.256,43	7.582.421,54	4.663.372,70	4.837.360,35	4.065.459,12	8.155.781,14	3.646.678,11	5.258.166,76	5.028.905,43	10.186.523,61	66.764.074,05	70.771.934,33
Outras Receitas Correntes	1.382.478,85	1.564.433,63	1.332.502,15	1.308.321,20	1.109.069,68	1.776.060,16	2.501.614,76	4.109.668,40	519.273,61	935.081,74	187.886,65	115.719,74	18.842.110,57	8.219.074,00
DEDUÇÕES (II)	9.049.300,67	9.113.951,18	8.074.195,63	6.974.250,93	7.113.482,22	8.493.111,31	7.350.556,93	11.045.904,43	9.715.990,40	10.531.387,17	8.902.984,45	8.277.394,88	104.842.510,20	103.246.706,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	2.041.503,25	1.938.603,78	2.303.521,18	661.995,62	1.004.519,86	2.134.490,13	1.182.041,84	3.333.186,62	1.562.787,91	1.125.035,11	1.696.886,73	955.707,32	19.940.279,45	14.631.500,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	7.007.797,42	7.175.347,40	5.770.674,45	6.312.255,31	6.108.962,36	6.358.621,18	6.168.515,09	7.712.717,81	8.153.202,49	9.406.352,06	7.206.097,72	7.321.687,56	84.702.230,75	88.615.206,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	56.819.907,95	57.822.670,01	66.745.981,12	58.126.227,76	49.776.584,97	52.959.926,02	50.996.802,08	84.827.954,02	63.065.689,50	70.829.722,67	62.153.156,62	78.588.369,57	752.712.992,29	713.879.807,33

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:13:36

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Marcelo Castro Macêdo
Secretário Mún. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

Câmara Municipal de Rio Branco
Legislativo
Estado do Acre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II) — JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL — R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.242.386,00	40.242.386,00	17.488.497,50	13.331.693,80
RECEITAS CORRENTES	40.242.386,00	40.242.386,00	17.488.497,50	13.331.693,80
Receita de Contribuições dos Segurados	14.978.500,00	14.978.500,00	5.473.115,36	0,00
Pessoal Civil	14.978.500,00	14.978.500,00	5.473.115,36	0,00
Ativo	14.631.500,00	14.631.500,00	5.340.417,07	0,00
Inativo	347.000,00	347.000,00	113.890,70	0,00
Pensionista	0,00	0,00	18.807,59	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	188.120,00	188.120,00	48.137,94	0,00
Receita Patrimonial	20.118.046,00	20.118.046,00	11.967.244,20	13.331.693,80
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	20.118.046,00	20.118.046,00	11.967.244,20	13.331.693,80
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.957.720,00	4.957.720,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	4.457.720,00	4.457.720,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.869.360,00	24.869.360,00	12.888.450,42	10.061.962,50
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	65.111.746,00	65.111.746,00	30.376.947,92	23.393.656,30

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	38.100.247,00	38.100.247,00	10.033.206,04	7.757.129,46	9.852.586,64	7.677.268,06
ADMINISTRAÇÃO	3.120.000,00	3.120.000,00	778.762,52	576.870,72	598.143,12	497.009,32
Despesas Correntes	2.510.000,00	2.510.000,00	680.109,91	576.870,72	499.490,51	497.009,32
Despesas de Capital	610.000,00	610.000,00	98.652,61	0,00	98.652,61	0,00
PREVIDÊNCIA	34.980.247,00	34.980.247,00	9.254.443,52	7.180.258,74	9.254.443,52	7.180.258,74
Pessoal Civil	34.980.247,00	34.980.247,00	9.254.443,52	7.180.258,74	9.254.443,52	7.180.258,74
Aposentadorias	31.799.597,00	31.799.597,00	8.311.697,78	6.388.419,52	8.311.697,78	6.388.419,52
Pensões	3.100.000,00	3.100.000,00	942.745,74	791.839,22	942.745,74	791.839,22
Outros Benefícios Previdenciários	80.650,00	80.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/3)

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - PROCURADORIA JURÍDICA

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II) JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Continuação

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	38.100.247,00	38.100.247,00	10.033.206,04	7.757.129,46	9.852.586,64	7.677.268,06
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	27.011.499,00	27.011.499,00	—	—	20.524.361,28	15.716.388,24

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	986.617,08
Plano Financeiro	986.617,08
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	986.617,08
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	27.011.499,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	363.124.910,72	303.595.870,23
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)	24.869.360,00	24.869.360,00	12.888.450,42	0,00
Receita de Contribuições	24.869.360,00	24.869.360,00	12.888.450,42	0,00
Patronal	24.869.360,00	24.869.360,00	11.117.691,89	0,00
Pessoal Civil	24.869.360,00	24.869.360,00	11.117.691,89	0,00

Continua (2/3)

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Procuradoria Jurídica

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II) — JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Continuação

R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Ativo	24.869.360,00	24.869.360,00	11.117.691,89	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	1.770.758,53	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX)	24.869.360,00	24.869.360,00	12.888.450,42	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTARIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:15:33

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Bruno Castro Macêdo
Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - PROCURADORIA JURÍDICA - 18

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo - 17

Câmara Municipal de Rio Branco
19
PROCURADORIA JURÍDICA
Est. do Acre

Câmara Municipal de Rio Branco
18
Legislativo
Est. do Acre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) — JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL — R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2017 (a)	Em 28/Fev/2018 (b)	Em 30/Abr/2018 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	222.073.551,68	220.560.005,46	221.359.044,07
DEDUÇÕES (II)	78.375.721,51	102.550.981,75	116.293.586,09
Disponibilidade de Caixa Bruta	81.840.063,64	102.682.524,55	116.302.158,71
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-3.464.342,13	-131.542,80	-8.572,62
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	143.697.830,17	118.009.023,71	105.065.457,98
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	18.304.859,32	17.888.408,53	17.462.669,66
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	125.392.970,85	100.120.615,18	87.602.788,32

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-12.517.826,86	-37.790.182,53

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	14.401.374,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2017	Em 28/Fev/2018	Em 30/Abr/2018
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	414.686.539,81	414.686.539,81	414.686.539,81
Passivo Atuarial	414.686.539,81	414.686.539,81	414.686.539,81
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	341.557.830,31	353.943.794,49	363.124.910,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	341.557.830,31	353.943.794,49	363.124.910,72
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	73.128.709,50	60.742.745,32	51.561.629,09
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	73.128.709,50	60.742.745,32	51.561.629,09

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:17:24

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Anisimar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Município de Rio Branco - AC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) — JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL — R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	724.472.467,33	277.270.704,57	208.530.139,42
Receita Tributária	122.713.195,00	56.594.348,50	35.729.417,05
IPTU	22.042.873,00	17.198.968,15	10.216.027,52
ISS	76.149.735,00	28.932.195,93	19.561.035,39
ITBI	4.730.174,00	1.900.459,77	4.173.906,23
IRRF	15.571.894,00	6.253.100,83	0,00
Outras Receitas Tributáveis	4.218.519,00	2.309.623,82	1.778.447,91
Receita de Contribuição	52.883.443,00	23.402.066,11	0,00
Receita Previdenciária	40.035.980,00	18.409.703,72	0,00
Outras Receitas de Contribuições	12.847.463,00	4.992.362,39	0,00
Receita Patrimonial Líquida	2.752.229,00	1.058.314,65	281.234,20
Receita Patrimonial	31.660.429,00	16.653.415,93	17.354.994,83
(-) Aplicações Financeiras	-28.908.200,00	-15.595.101,28	-17.073.760,63
Transferências Correntes	504.791.998,33	181.322.308,05	154.329.079,00
FPM	230.097.186,00	82.420.663,59	84.907.021,60
ICMS	102.611.879,00	38.244.186,09	0,00
IPVA	21.555.649,00	7.628.384,93	0,00
Convênios	19.409.421,35	5.115.713,02	0,00
Outras Transferências Correntes	131.117.862,98	47.913.360,42	69.422.057,40
Demais Receitas Correntes	41.331.602,00	14.893.667,26	18.190.409,17
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	41.331.602,00	14.893.667,26	18.190.409,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	59.284.494,00	9.998.906,55	1.906.281,49
Operações de Crédito (III)	34.922.601,00	2.693.893,24	1.906.281,49
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	24.361.893,00	7.305.013,31	0,00
Convênios	24.361.893,00	7.305.013,31	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	24.361.893,00	7.305.013,31	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (VII) = (I + VI)	748.834.360,33	284.575.717,88	208.530.139,42

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
DESPESAS CORRENTES (VIII)	685.589.735,38	288.705.821,06	220.896.372,01	221.175.020,08	179.798.912,29
Pessoal e Encargos Sociais	380.023.893,19	125.679.877,50	107.860.064,72	124.620.206,09	107.102.767,83
Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.566.793,00	3.456.459,25	3.477.340,71	3.006.348,67	3.076.548,03
Outras Despesas Correntes	292.999.049,19	159.569.484,31	109.558.966,58	93.548.465,32	69.619.596,43

Câmara Municipal de Rio Branco - Legislativo - Est. do Acre
Câmara Municipal de Rio Branco - Procuradoria

Município de Rio Branco - AC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) — JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL — R$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	673.022.942,38	285.249.361,81	217.419.031,30	218.168.671,41	176.722.364,26
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	107.481.501,72	22.002.070,54	19.964.376,68	15.064.474,26	16.439.816,58
Investimentos	57.666.345,23	17.821.765,29	12.218.608,13	11.600.606,29	9.477.953,31
Inversões Financeiras	5.100,00	0,00	78.058,00	0,00	78.058,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	5.100,00	0,00	78.058,00	0,00	78.058,00
Amortização da Dívida (XIV)	49.810.056,49	4.180.305,25	7.667.710,55	3.463.867,97	6.883.805,27
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	57.671.445,23	17.821.765,29	12.296.666,13	11.600.606,29	9.556.011,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	995.733,60	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	27.011.499,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	758.701.620,21	303.071.127,10	229.715.697,43	229.769.277,70	186.278.375,57
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.867.259,88	—	—	54.806.440,18	22.251.763,85
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	15.187.655,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:25:19

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Marcelo Castro Matteo
Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 004640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco - Est. do Acre - Procuradoria Jurídica

Câmara Municipal de Rio Branco - Est. do Acre - Legislativo

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R$ 1,00

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2017					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	3.464.304,75	3.455.769,51	0,00	8.535,24	0,00	12.969.645,36	9.847.930,12	9.526.908,12	272.422,52	3.170.314,72	3.178.849,96
EXECUTIVO	0,00	3.464.304,75	3.455.769,51	0,00	8.535,24	0,00	12.908.705,41	9.815.352,86	9.494.330,86	272.422,52	3.141.952,03	3.150.487,27
Gabinete Militar - GABMIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.587,50	23.587,50	23.587,50	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal da Casa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	989.691,54	628.154,54	311.932,54	0,00	677.759,00	677.759,00
Procuradoria Geral do Município - PROJURI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.666,63	62.000,02	62.000,02	666,61	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas - SEAD	0,00	73.953,74	68.173,28	0,00	5.780,46	0,00	676.854,07	670.138,80	670.138,80	0,00	6.715,27	12.495,73
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Finanças - SEFIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	484.766,52	377.939,65	377.939,65	7.412,61	99.414,26	99.414,26
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA	0,00	1.906.947,26	1.906.947,26	0,00	0,00	0,00	2.834.167,16	1.671.784,40	1.671.784,40	0,00	1.162.382,76	1.162.382,76
Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP	0,00	1.305.318,65	1.302.563,87	0,00	2.754,78	0,00	4.233.548,29	3.545.082,48	3.545.082,48	264.343,30	424.122,51	426.877,29
Secretaria Municipal de Educação - SEME	0,00	19.981,20	19.981,20	0,00	0,00	0,00	2.295.538,11	2.033.195,88	2.033.195,88	0,00	262.342,23	262.342,23
Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta - SAFRA	0,00	25.997,42	25.997,42	0,00	0,00	0,00	624.802,68	260.914,68	260.914,68	0,00	363.888,00	363.888,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	416.294,65	416.294,65	416.294,65	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEIA	0,00	34.963,86	34.963,86	0,00	0,00	0,00	41.843,00	0,00	0,00	0,00	41.843,00	41.843,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana - SMDGU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.472,00	10.872,00	10.872,00	0,00	66.600,00	66.600,00
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas	0,00	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	1.940,00	0,00	0,00	0,00	1.940,00	1.940,00
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMEL	0,00	51.779,50	51.779,50	0,00	0,00	0,00	63.035,50	41.885,50	37.085,50	0,00	25.950,00	25.950,00
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social - SEMCAS	0,00	27.363,12	27.363,12	0,00	0,00	0,00	74.753,76	65.758,76	65.758,76	0,00	8.995,00	8.995,00
Secretaria Municipal de Articulação Comunitária e Social - SEMACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.744,00	7.744,00	7.744,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.939,95	32.577,26	32.577,26	0,00	28.362,69	28.362,69
Câmara Municipal de Rio Branco - CMRB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.939,95	32.577,26	32.577,26	0,00	28.362,69	28.362,69
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	37,38	0,00	0,00	37,38	0,00	691.904,96	691.904,96	691.904,96	0,00	0,00	37,38
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	3.464.342,13	3.455.769,51	0,00	8.572,62	0,00	13.661.550,32	10.539.835,08	10.218.813,08	272.422,52	3.170.314,72	3.178.887,34

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:30:31

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Bruno Carlo Macedo
Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Ionismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo 21

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Procuradoria Jurídica 22

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	118.494.676,00	118.494.676,00	54.284.700,82	45,81
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	22.042.873,00	22.042.873,00	17.198.968,15	78,03
1.1.1- IPTU	15.801.932,00	15.801.932,00	13.325.993,16	84,33
1.1.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	80.689,00	80.689,00	7.014,00	8,69
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.076.275,00	4.076.275,00	2.749.810,73	67,46
1.1.4- Multas Juros de Mora Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITPU	2.083.977,00	2.083.977,00	1.116.150,26	53,56
1.1.5- (-)Deduções da Receita de IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.730.174,00	4.730.174,00	1.900.459,77	40,18
1.2.1- ITBI	4.690.852,00	4.690.852,00	1.891.816,71	40,33
1.2.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	31.705,00	31.705,00	5.489,08	17,31
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	5.611,00	5.611,00	1.847,25	32,92
1.2.4- Multas Juros de Mora Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	2.006,00	2.006,00	1.306,73	65,14
1.2.5- (-)Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	76.149.735,00	76.149.735,00	28.932.195,93	37,99
1.3.1- ISS	71.129.465,00	71.129.465,00	24.656.620,17	34,66
1.3.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	511.315,00	511.315,00	436.226,20	85,31
1.3.3- Dívida Ativa de ISS	2.616.888,00	2.616.888,00	2.515.821,93	96,14
1.3.4- Multas Juros de Mora Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa de ISS	1.892.067,00	1.892.067,00	1.323.527,63	69,95
1.3.5- (-)Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	15.571.894,00	15.571.894,00	6.253.076,97	40,16
1.4.1- IRRF	15.571.894,00	15.571.894,00	6.253.076,97	40,16
1.4.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-)Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas Juros de Mora Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-)Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	443.075.831,00	443.075.831,00	160.451.819,97	36,21
2.1- Cota-Parte FPM	287.621.483,00	287.621.483,00	103.025.829,39	35,82
2.1.1- Parcela referente à CF art. 159 I alínea b	266.792.011,00	266.792.011,00	103.025.829,39	38,62
2.1.2- Parcela referente à CF art. 159 I alínea d	9.806.818,00	9.806.818,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF art. 159 I alínea e	11.022.654,00	11.022.654,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	128.264.848,00	128.264.848,00	47.805.232,52	37,27
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	173.807,00	173.807,00	66.105,88	38,03
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	42.288,00	42.288,00	16.518,03	39,06
2.5- Cota-Parte ITR	28.794,00	28.794,00	7.230,93	25,11

Continua (1/5)

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Procuradoria Jurídica 23
Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo 22

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Continuação
R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2.6- Cota-Parte IPVA	26.944.611,00	26.944.611,00	9.530.903,22	35,37
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS(1 + 2)	561.570.507,00	561.570.507,00	214.736.520,79	38,24

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	5.726.683,00	5.726.683,00	1.913.031,43	33,41
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.700.002,00	1.700.002,00	245.772,69	14,46
5.2- Transferências Diretas - PDDE	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	3.500.000,00	3.500.000,00	583.059,60	16,66
5.4- Transferências Diretas - PNATE	220.679,00	220.679,00	40.878,24	18,52
5.5- Outras Transferências do FNDE	294.002,00	294.002,00	798.356,79	271,55
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	244.964,11	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.130.417,00	5.130.417,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	3.951.179,00	3.951.179,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.179.238,00	1.179.238,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	10.857.100,00	10.857.100,00	1.913.031,43	17,62

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	88.615.206,00	88.615.206,00	32.087.339,83	36,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	57.524.297,00	57.524.297,00	20.605.165,80	35,82
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	25.652.969,00	25.652.969,00	9.561.046,43	37,27
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	34.761,00	34.761,00	13.221,16	38,03
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	8.458,00	8.458,00	3.942,02	46,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	5.759,00	5.759,00	1.446,13	25,11
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	5.388.962,00	5.388.962,00	1.902.518,29	35,30
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	79.601.727,00	79.601.727,00	31.559.423,60	39,65
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	79.601.727,00	79.601.727,00	28.854.072,03	36,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	2.705.351,57	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-9.013.479,00	-9.013.479,00	-3.233.267,80	35,87

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12)>0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12)<0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Continua (2/5)

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Procuradoria Jurídica - 24

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo - 23

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Continuação
R$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	49.150.000,00	49.249.296,75	18.312.104,52	37,18	18.312.104,52	37,18
13.1- Com Educação Infantil	23.950.000,00	23.950.000,00	9.081.735,56	37,92	9.081.735,56	37,92
13.2- Com Ensino Fundamental	25.200.000,00	25.299.296,75	9.230.368,96	36,48	9.230.368,96	36,48
14- OUTRAS DESPESAS	30.451.727,00	30.451.727,00	12.163.779,11	39,94	11.605.756,99	38,11
14.1- Com Educação Infantil	11.610.000,00	11.610.000,00	4.824.676,39	41,56	4.824.676,39	41,56
14.2- Com Ensino Fundamental	18.841.727,00	18.841.727,00	7.339.102,72	38,95	6.781.080,60	35,99
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	79.601.727,00	79.701.023,75	30.475.883,63	38,24	29.917.861,51	37,54

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	99.296,75
17.1- FUNDEB 60%	99.296,75
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	99.296,75

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	29.818.564,76
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13-(16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	57,71
19.2- Máximo de 40% em Desp. c/ MDE, que não Remuneração do Magistério(14-(16.2+17.2))/(11)X100)%	36,77
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	5,52

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	99.296,75
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017²	99.296,75

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	89.198.815,00	88.855.898,92	29.888.986,51	33,64	27.407.584,92	30,84
22.1- Creche	15.864.246,00	15.864.246,00	7.142.185,48	45,02	5.796.238,98	36,54
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.810.000,00	11.810.000,00	5.082.359,78	43,03	5.082.359,78	43,03
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.054.246,00	4.054.246,00	2.059.825,70	50,81	713.879,20	17,61
22.2- Pré-escola	73.334.569,00	72.991.652,92	22.746.801,03	31,16	21.611.345,94	29,61
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	23.750.000,00	23.750.000,00	8.824.052,17	37,15	8.824.052,17	37,15
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	49.584.569,00	49.241.652,92	13.922.748,86	28,27	12.787.293,77	25,97
23- ENSINO FUNDAMENTAL	48.707.881,00	49.007.177,75	17.689.638,51	36,10	17.043.465,30	34,78
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	44.041.727,00	44.141.023,75	16.569.471,68	37,54	16.011.449,56	36,27
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.666.154,00	4.866.154,00	1.120.166,83	23,02	1.032.015,74	21,21
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (3/5)

Câmara Municipal de Rio Branco
PROCURADORIA
Estado do Acre
Câmara Municipal de Rio Branco
Poder Legislativo
Estado do Acre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Continuação
R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	144.018,00	154.018,00	27.887,16	18,11	4.794,94	3,11
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	138.050.714,00	138.017.094,67	47.606.512,18	34,49	44.455.845,16	32,21

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12)	-3.233.267,80
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIM. (50h)	2.705.351,57
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERC. ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/ FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35)	-527.916,23
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23)-(36))	44.978.966,45
38- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((37)/(3) x 100) %	20,95

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESP.CUSTEADAS APLICAÇÃO FINANC.DE OUTROS REC.IMPOSTO VINC.AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.100.000,00	2.600.000,00	1.002.011,45	38,54	417.850,76	16,07
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	89.930,39	89.930,39	100,00	64.725,12	71,97
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.560.573,00	8.063.385,75	2.147.964,66	26,64	803.505,09	9,96
43- TOTAL OUTRAS DESP.CUSTEADAS RECEITAS ADIC.PARA FINANC.DO ENSINO(39+40+41+42)	10.660.574,00	10.753.316,14	3.239.906,50	30,13	1.286.080,97	11,96
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	148.711.288,00	148.770.410,81	50.846.418,68	34,18	45.741.926,13	30,75

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADOS EM 2018 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	99.314,37	6.091,05
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	28.854.072,03	245.772,69
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	29.917.879,13	417.850,76
48.1- Orçamento do Exercício	29.917.879,13	417.850,76
48.2- Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.705.351,57	207.863,91
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.740.858,84	41.876,89

Continua (4/5)

Câmara Municipal de Rio Branco
Procuradoria Jurídica
26
Câmara Municipal de Rio Branco
Legislativo
Esp. do Acre
28

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Continuação
R$ 1,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
51- (+) Ajustes	549.228,45	119.058,72
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	549.228,45	119.058,72
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	2.290.087,29	160.935,61

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:48:09
[1]Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
[2]Art. 21, §2°, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1° do art. 6° desta Lei, poderão ser utilizados no 1° trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
[3]Caput do art. 212 da CF/1988
[4]Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
[5]Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
[6]Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[7]Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Marcelo Castro Macedo
Secretário Mún. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Ilanismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco
Procuradoria Jurídica
Estado do Acre
27

Câmara Municipal de Rio Branco
Legislativo
Estado do Acre
26

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – Anexo 12 (ADCT, art. 77) JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	118.494.676,00	118.494.676,00	54.284.724,68	45,82
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	22.042.873,00	22.042.873,00	17.198.968,15	78,03
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	4.730.174,00	4.730.174,00	1.900.459,77	40,18
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	76.149.735,00	76.149.735,00	28.932.195,93	38,00
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	15.571.894,00	15.571.894,00	6.253.100,83	40,16
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	422.246.359,00	422.246.359,00	160.451.819,97	38,00
Cota-Parte FPM	266.792.011,00	266.792.011,00	103.025.829,39	38,62
Cota-Parte ITR	28.794,00	28.794,00	7.230,93	25,12
Cota-Parte IPVA	26.944.611,00	26.944.611,00	9.530.903,22	35,38
Cota-Parte ICMS	128.264.848,00	128.264.848,00	47.805.232,52	37,28
Cota-Parte IPI-Exportação	42.288,00	42.288,00	16.518,03	39,07
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	173.807,00	173.807,00	66.105,88	38,04
Desoneração ICMS (LC 87/96)	173.807,00	173.807,00	66.105,88	38,04
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	540.741.035,00	540.741.035,00	214.736.544,65	39,72

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	33.692.277,00	37.396.388,24	14.440.116,59	38,62
Provenientes da União	33.058.294,00	36.160.405,24	13.129.516,59	36,31
Provenientes dos Estados	633.983,00	633.983,00	0,00	0,00
Proveniente dos Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	602.000,00	1.310.600,00	218,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	1,00	1,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADO À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.800.000,00	1.800.000,00	179.023,44	9,95
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	35.492.278,00	39.196.389,24	14.619.140,03	37,30

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	119.852.646,00	124.406.462,73	46.853.067,84	37,66	38.314.449,60	30,80
Pessoal e Encargos Sociais	79.433.704,00	79.727.998,84	26.645.855,37	33,42	26.645.855,37	33,42
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/3)

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - PROCURADORIA JURÍDICA 28

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Legislativo 27

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – Anexo 12 (ADCT, art. 77) JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Continuação

R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
Outras Despesas Correntes	40.418.942,00	44.678.463,89	20.207.212,47	45,23	11.668.594,23	26,12
DESPESAS DE CAPITAL	3.446.871,00	5.785.279,00	2.704.032,96	46,74	708.117,53	12,24
Investimentos	3.446.871,00	5.785.279,00	2.704.032,96	46,74	708.117,53	12,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	123.299.517,00	130.191.741,73	49.557.100,80	38,06	39.022.567,13	29,97

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / IVf) x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	35.492.277,00	41.323.196,80	17.004.128,87	34,31	12.238.239,20	31,49
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	35.492.277,00	41.323.196,80	17.004.128,87	34,31	12.238.239,20	31,49
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	2,00	1.061.306,93	762.512,65	1,54	247.566,92	0,63
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. C/ REC. VINC. À PARC. DO PERC. MÍN. Q NÃO FOI APLIC. EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXERC. ANT[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	35.492.279,00	42.384.503,73	17.766.641,52	35,85	12.535.806,12	32,12

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	87.807.238,00	87.807.238,00	31.790.459,28	64,15	26.486.761,01	67,88

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%[4][5]	12,33
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIIb)/100][6]	-5.723.720,69

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS / PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	2.666.180,62	0,00	1.506.831,98	1.159.348,64	683.964,13
Inscritos em 2016	4.729.352,85	728.571,91	4.001.378,18	0,00	3.738.899,24
Inscritos em 2015	4.096.403,60	630.480,57	3.465.923,03	0,00	1.900.971,36
Inscritos em 2014	4.698.871,51	783.980,63	3.914.890,88	0,00	2.978.368,02
Inscritos em 2013	4.305.150,23	174.839,24	4.156.198,14	0,00	2.553.335,03
Total	20.495.958,81	2.317.872,35	17.045.222,21	1.159.348,64	11.855.537,78

Continua (2/3)

Câmara Municipal de Rio Branco
PROCURADORIA JURÍDICA
29
Estado do Acre

Câmara Municipal de Rio Branco
Legislativo
28
Estado do Acre

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – Anexo 12 (ADCT, art. 77) — JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL — Continuação

R$ 1,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	173.791,31	173.791,31	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	295.160,86	295.160,86	0,00
Total (VIII)	468.952,17	468.952,17	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100
Atenção Básica	103.548.487,00	107.645.535,52	42.908.954,43	86,58	35.172.931,44	90,13
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.216.321,00	4.464.321,00	2.112.767,31	4,26	761.184,58	1,95
Suporte Profilático e Terapêutico	6.089.708,00	9.663.792,97	2.131.730,08	4,30	1.376.085,56	3,53
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	8.385.001,00	8.358.092,24	2.403.648,98	4,85	1.712.365,55	4,39
Alimentação e Nutrição	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	123.299.517,00	130.191.741,73	49.557.100,80	100,00	39.022.567,13	100,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 15/05/2018 e hora de emissão 14:11:24

1 Essa linha representará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j"

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k"

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15xIIIb)/100]

7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Marcelo Casado Macêdo
Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco
PROCURADORIA JURÍDICA
30

Câmara Municipal de Rio Branco
Legislativo
Estado do Acre
29

Município de Rio Branco - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2018		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	709.264.779,41	752.712.992,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:54:04

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Marcelo Castro Macêdo
Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tenismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco
PROCURADORIA JURÍDICA
ACRE
34

Câmara Municipal de Rio Branco
Poder Legislativo
Est. do Acre
30

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
RREO – Anexo 14 (LRF, Art. 48) JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	804.316.808,00
Previsão Atualizada	812.665.161,33
Receitas Realizadas	302.864.712,40
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados p/ Créditos Adicionais)	8.413.308,37
DESPESAS	
Dotação Inicial	804.316.808,00
Créditos Adicionais	16.761.661,70
Dotação Atualizada	821.078.469,70
Despesas Empenhadas	310.707.891,60
Despesas Liquidadas	236.239.494,34
Despesas Pagas	232.646.136,28
Superavit Orçamentário	66.625.218,06

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	310.707.891,60
Despesas Liquidadas	236.239.494,34

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	752.712.992,20

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	30.376.947,92
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	9.852.586,64
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	20.524.361,28

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Metas Fixadas do Anexo de Metas Fiscais a LDO (a)	Resultado Apurado Até o bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	14.401.374,00	-37.790.182,53	-262,41
Resultado Primário	15.187.655,00	54.806.440,18	360,86

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	3.464.342,13	0,00	3.455.769,51	8.572,62
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)

Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Procuradoria Jurídica - 32
Câmara Municipal de Rio Branco - Estado do Acre - Poder Legislativo - 34

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Continuação
R$ 1,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	13.600.610,37	272.422,52	10.186.235,82	3.141.952,03
Poder Legislativo	60.939,95	0,00	32.577,26	28.362,69
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.125.892,45	272.422,52	13.674.582,59	3.178.887,34

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	44.976.966,45	25,00	20,95
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	18.212.807,77	60,00	57,71

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operação de Crédito	2.693.893,24	32.228.707,76
Despesa de Capital Líquida	22.002.070,54	85.479.431,18

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	26.486.761,01	15,00	12,33

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 14/05/2018 e hora de emissão 11:57:33

Socorro Neri
Prefeita de Rio Branco

Secretário Mun. de Desen. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Câmara Municipal de Rio Branco
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre
33

Câmara Municipal de Rio Branco
Legislativo
Estado do Acre
32

Câmara Municipal de Rio Branco
331
Comissões Técnicas
Estado do Acre

ATA DA OITAVA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ESTADO DO ACRE, PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2018, NOS TERMOS DA LEI 1.520/2004. Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, sob a Presidência do Vereador **Rodrigo Forneck**, não secretariado, presentes os **Vereadores Artêmio Costa, Elzinha Mendonça, Lene Petecão e Mamed Dankar;** foi declarada aberta a audiência pública. **Vereador Rodrigo Forneck** enalteceu a importância deste ato público como ferramenta democrática ao fortalecimento da cidadania. Afirmou que o Ministério Público do Estado do Acre foi convidado a participar, embora ausente. Realizaram considerações iniciais Marcelo Castro Macêdo, Secretário Municipal de Finanças; e, Janete Santos, Secretária Municipal de Planejamento. **Marcelo Macêdo** discorreu sobre o contexto fiscal do município nos primeiros quatro meses do ano, mediante exposição de slides com dados estatísticos e relatórios de natureza fiscal. Explanou item a item, enfatizando a comparação com índices pretéritos. Destacou a Lei de Responsabilidade Fiscal e as nuances da temática, como as dificuldades financeiras que assolam o país nos últimos anos. **Vereador Rodrigo Forneck** parabenizou os gestores pela administração fiscal do município e questionou acerca do poder de endividamento e do gasto com merenda escolar não integrar o cálculo fiscal de gastos com educação. **Janete Santos** complementou a fala do Secretário Marcelo Macêdo, informou que o gasto com merenda escolar é disciplinado por lei federal e que o endividamento é visto como medida excepcional, quando indispensável, como foi para o pagamento dos precatórios e para a finalização da obra do shopping popular. **Vereadora Elzinha Mendonça** parabenizou os convidados pela exposição e responsabilidade com o fisco municipal, enaltecendo a importância deste ato. **Vereadora Lene Petecão** assomou a tribuna. Questionou sobre o empréstimo para a conclusão da obra do shopping popular. **Janete Santos** esclareceu, fato a fato, que o pagamento moroso pelo Governo Federal desencadeou contexto fático autorizador do pedido de empréstimo. **Vereador Mamed Dankar** assomou a tribuna. Discorreu sobre a temática e ponderou sobre o investimento em áreas do setor produtivo rural. Demonstrou preocupação com a distribuição dos tributos em virtude do pacto federativo. **Vereador Artêmio Costa** indagou sobre os empréstimos autorizados pela Câmara Municipal e sobre a situação das receitas municipais em 2018. E, sugeriu que esta Casa expeça documento aos Parlamentares Federais sobre os custos com merenda escolar para efeitos de piso fiscal, após discussão no âmbito da respectiva comissão. **Janete Santos** esclareceu que a lei municipal aprovada pelo legislativo é o primeiro passo para a obtenção do crédito pretendido. Destacou a situação positiva da previdência social municipal. Por fim, tratou da importância da manutenção e zelo das obras e investimentos realizados, cenário que possibilita a

Rodrigo Forneck
Vereador - PT

Câmara Municipal de Rio Branco
3313
Comissões Técnicas
Est. do Acre

realização de parcerias públicas privadas. **Marcelo Macêdo** esclareceu sobre o atual panorama das receitas no âmbito municipal, demonstrando índices parciais positivos. Considerações finais. Pactuou-se que a próxima audiência deste fim será promovida após o pleito eleitoral. **Vereador Rodrigo Forneck** sugeriu que a Mesa Diretora promova com, no mínimo, dez dias de antecedência a divulgação de todas as audiências públicas e matérias envolvidas. **Vereador Artêmio Costa** sugeriu que haja a leitura da ata da audiência pública anterior, antes do início do próximo ato. Registros taquigráficos e fotográficos. Nada mais havendo a ser tratado, a **audiência foi encerrada** e, para constar, lavrada a presente ata que, após ser lida e achada conforme, vai assinada por mim, _____ Presidente.

Rodrigo Forneck
Vereador - PT

Câmara Municipal de Rio Branco
34
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

PARECER N. 209/2018
ASSUNTO: Parecer sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre e Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 2º Bimestre de 2018.
INTERESSADA: Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 2º BIMESTRE DE 2018. COMPATIBILIDADE COM A CONSTITUIÇÃO E COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. APROVAÇÃO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre os seguintes relatórios encaminhados através do Ofício nº 195/GAPRE/2018, pelo chefe do executivo municipal, são eles:

I – Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º Quadrimestre de 2018 (fls. 04/08);

II – Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 2º Bimestre de 2018 (fls. 09/33);

Tais documentos, devidamente publicados no Diário Eletrônico de Contas (do dia 23/03/2018), foram remetidos a esta Casa Legislativa em atendimento ao disposto nos arts. 52 a 55 da Lei Complementar nº 101/00 e no art. 1º da Resolução TCE nº 61/2007, alterada pela Resolução nº 89/2014.

É o necessário a relatar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, destaca-se que o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO** é um demonstrativo exigido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Câmara Municipal de Rio Branco
35
PROCURADORIA JURÍDICA
Est. do Acre

A obrigação de elaborar o RREO decorre da imposição do art. 165, § 3º, da Constituição Federal, ao determinar que o Poder Executivo publique, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Com efeito, até a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) poucos eram os municípios que cumpriam essa determinação constitucional. Aqueles que elaboravam o relatório o faziam de forma deficitária, ou seja, com informações superficiais e difíceis de serem interpretadas.

A partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, todos os entes deveriam passar a elaborar e a divulgar o RREO, haja vista ser essa, também, uma exigência constante dos Tribunais de Contas.

É sabido que um dos princípios basilares da Administração pública é o da transparência, a qual ganhou amplitude com o advento da denominada Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), vigente a partir de maio de 2012.

Assim, o primordial objetivo da elaboração bimestral e publicação do RREO é permitir que a sociedade organizada, de forma direta ou através dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária dos Governos Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Demonstrar o desempenho da execução orçamentária é evidenciar a arrecadação de receitas, a execução de despesas nas diversas áreas, em especial, nas de saúde, educação, previdência e ainda a receita corrente líquida do ente público e respectivos resultados nominal e primário.

Em síntese, a essência do Relatório Resumido da Execução Orçamentária é ser um dos instrumentos de transparência e responsabilidade da gestão fiscal, finalidade que encontra guarida nos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Nessa seara, o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais se dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; **o Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Câmara Municipal de Rio Branco
36
PROCURADORIA JURÍDICA

(RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF); e as versões simplificadas desses documentos.

Sobre os documentos que integram o RREO, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe da seguinte forma:

> Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:
>
> I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:
>
> a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
>
> b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;
>
> II - demonstrativos da execução das:
>
> a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
>
> b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
>
> c) despesas, por função e subfunção.
>
> § 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.
>
> § 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2o do art. 51.
>
> Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:
>
> I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;
>
> II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
>
> III - resultados nominal e primário;
>
> IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;
>
> V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

Câmara Municipal de Rio Branco
37
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

Noutra banda, quanto ao **Relatório de Gestão Fiscal - RGF**, a Lei de Responsabilidade Fiscal assim determina:

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I - Chefe do Poder Executivo;

II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

Câmara Municipal de Rio Branco
38
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

Conforme já assinalado, por força do art. 165, § 3º, da Carta Magna, a elaboração do RREO será bimestral e a sua publicação deverá ocorrer em até 30 dias após o término do bimestre. Isso significa dizer que os prazos para elaboração não são de livre escolha dos entes, estando previamente estabelecidos pela LRF.

A data da publicação, desde que respeitado o prazo de até 30 dias após o término do bimestre, fica a critério de cada ente.

Câmara Municipal de Rio Branco
39
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

No caso vertente, a Prefeita atendeu ao previsto em lei, pois efetivou a publicação do RREO do 2º bimestre e do RGF do 1º quadrimestre de 2018 dentro do prazo de 30 dias exigido pela legislação (fl. 03).

Outrossim, as versões simplificadas do RREO e do RGF, exigência do art. 48 da LRF, foram encaminhadas a esta Casa Legislativa através do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (fls. 32/33) e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (fl. 8).

No tocante à composição do **RREO**, entendemos que os documentos anexados, referentes ao 2º Bimestre de 2018, estão de acordo com o estabelecido nos arts. 52 e 53 da LRF, uma vez que integram o relatório orçamentário os seguintes documentos: Balanço Orçamentário (fls. 9/11); Demonstrativos da Execução das Despesas por Função/Subfunção (fls. 12/14); Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 15); Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (fls. 16/18); Demonstrativo do Resultado Nominal (fl. 19); Demonstrativo do Resultado Primário – Estados, Distrito Federal e Municípios (fls. 20/21); e Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (fl. 22).

Afora o previsto pela LRF, constam no RREO documentos exigidos por outros diplomas, são eles: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (LDB, art. 72, fls. 23/27); Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ADCT, art. 77 e Lei Complementar 141/2012, art. 16, § 3º, fls. 28/30); e Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004, arts. 22, 25 e 28, fl. 31).

Quanto ao **RGF** encaminhado pela Prefeitura de Rio Branco, entende-se que também foi cumprido o art. 54 da LRF, visto que consta a assinatura da Chefe do Executivo Municipal, do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Finanças, do contador Responsável e do chefe da auditoria em todos os documentos anexados ao relatório fiscal.

Acerca dos documentos encartados ao RGF, referentes ao 1º Quadrimestre de 2018, vislumbramos cumprido o exigido pelo art. 55 da LRF, pois foram encaminhados os seguintes documentos: Demonstrativo da

Câmara Municipal de Rio Branco
40
PROCURADORIA JURÍDICA
Estado do Acre

Despesa com Pessoal (fl. 04); Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (fl. 05); Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (fl. 06); e Demonstrativo das Operações de Crédito (fl. 07).

Diante dessa análise, é possível afirmar que o Executivo cumpriu com suas responsabilidades no âmbito da transparência fiscal.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria entende que inexiste óbice jurídico para a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre e Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 2º Bimestre de 2018.

É o parecer.

Rio Branco-Acre, 07 de agosto de 2018.

Mauro Eduardo Soares de Almeida
Procurador-Geral

Câmara Municipal de Rio Branco
41
Comissões Técnicas
Thaysa
Est. do Acre

PARECER Nº 12/2018

Da **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**, sobre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre e o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2018

Autoria: Executivo Municipal
Relator: Vereador Rodrigo Forneck

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre os seguintes relatórios encaminhados através do Ofício nº 195/GAPRE/2018, pela chefe do executivo municipal, são eles:

I – Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º Quadrimestre de 2018(fls. 04/08);

II – Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 2º Bimestre de 2018 (fls. 09/33);

Tais documentos, devidamente publicados no Diário Eletrônico de Contas do dia 23/03/2018, foram remetidos a esta Casa Legislativa em atendimento ao disposto nos arts. 52 a 55 da Lei Complementar nº 101/00 e no art. 1º da Resolução TCE nº 61/2007, alterada pela Resolução nº 89/2014.

É o necessário a relatar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, destaca-se que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO é um demonstrativo exigido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A obrigação de elaborar o RREO decorre da imposição do art. 165, § 3º, da Constituição Federal, ao determinar que o Poder Executivo publique, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Com efeito, até a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) poucos eram os municípios que cumpriam essa determinação constitucional. Aqueles que elaboravam o relatório o faziam de forma deficitária, ou seja, com informações superficiais e difíceis de serem interpretadas.

A partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, todos os entes deveriam passar a elaborar e a divulgar o RREO, haja vista ser essa, também, uma exigência constante dos Tribunais de Contas.

É sabido que um dos princípios basilares da Administração pública é o da transparência, a qual ganhou amplitude com o advento da denominada Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), vigente a partir de maio de 2012.

Assim, o primordial objetivo da elaboração bimestral e publicação do RREO é permitir que a sociedade organizada, de forma direta ou através dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária dos Governos Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Câmara Municipal de Rio Branco
42
Comissões Técnicas
Thayse
Visto

Demonstrar o desempenho da execução orçamentária é evidenciar a arrecadação de receitas, a execução de despesas nas diversas áreas, em especial, nas de saúde, educação, previdência e ainda a receita corrente líquida do ente público e respectivos resultados nominal e primário.

Em síntese, a essência do Relatório Resumido da Execução Orçamentária é ser um dos instrumentos de transparência e responsabilidade da gestão fiscal, finalidade que encontra guarida nos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Nessa seara, o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais se dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; **o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF)**; e as versões simplificadas desses documentos.

Sobre os documentos que integram o RREO, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe da seguinte forma:

> Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:
>
> I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:
>
> a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
>
> b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;
>
> II - demonstrativos da execução das:
>
> a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
>
> b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
>
> c) despesas, por função e subfunção.
>
> § 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.
>
> § 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.
>
> Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:
>
> I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;
>
> II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
>
> III - resultados nominal e primário;
>
> IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;
>
> V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.
>
> § 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

Câmara Municipal de Rio Branco
43
Comissões
Técnicas
Est. do Acre

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

Noutra banda, quanto ao **Relatório de Gestão Fiscal - RGF**, a Lei de Responsabilidade Fiscal assim determina:

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I - Chefe do Poder Executivo;

II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

Câmara Municipal de Rio Branco
Estado do Acre
44
Comissões
Técnicas
Mayse

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

Conforme já assinalado, por força do art. 165, § 3º, da Carta Magna, a elaboração do RREO será bimestral e a sua publicação deverá ocorrer em até 30 dias após o término do bimestre. Isso significa dizer que os prazos para elaboração não são de livre escolha dos entes, estando previamente estabelecidos pela LRF.

A data da publicação, desde que respeitado o prazo de até 30 dias após o término do bimestre, fica a critério de cada ente.

No caso vertente, a Prefeita atendeu ao previsto em lei, pois efetivou a publicação do RREO do 2º bimestre e do RGF do 1º quadrimestre de 2018 dentro do prazo de 30 dias exigido pela legislação (fl. 03).

Outrossim, as versões simplificadas do RREO e do RGF, exigência do art. 48 da LRF, foram encaminhadas a esta Casa Legislativa através do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (fls. 32/33) e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (fl. 8).

No tocante à composição do **RREO**, entendemos que os documentos anexados, referentes ao 2º Bimestre de 2018, estão de acordo com o estabelecido nos arts. 52 e 53 da LRF, uma vez que integram o relatório orçamentário os seguintes documentos: Balanço Orçamentário (fls. 9/11); Demonstrativos da Execução das Despesas por Função/Subfunção (fls. 12/14); Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 15); Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (fls. 16/18); Demonstrativo do Resultado Nominal (fl. 19); Demonstrativo do Resultado Primário – Estados, Distrito Federal e Municípios (fls. 20/21); e Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (fl. 22).

Afora o previsto pela LRF, constam no RREO documentos exigidos por outros diplomas, são eles: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (LDB, art. 72, fls. 23/27); Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ADCT, art. 77 e Lei Complementar 141/2012, art. 16, § 3º, fls. 28/30); e Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004, arts. 22, 25 e 28, fl. 31).

Quanto ao **RGF** encaminhado pela Prefeitura de Rio Branco, entende-se que também foi cumprido o disposto no art. 54 da LRF, visto que consta a assinatura da

Câmara Municipal de Rio Branco
45
Comissões Técnicas
Estado do Acre

Chefe do Executivo Municipal, do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Finanças, do contador Responsável e do chefe da auditoria em todos os documentos anexados ao relatório fiscal.

Acerca dos documentos encartados ao RGF, referentes ao 1º Quadrimestre de 2018, vislumbramos cumprido o exigido pelo art. 55 da LRF, pois foram encaminhados os seguintes documentos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal (fl. 04); Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (fl. 05); Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores (fl. 06); e Demonstrativo das Operações de Crédito (fl. 07).

Diante dessa análise, é possível afirmar que o Executivo cumpriu com suas responsabilidades no âmbito da transparência fiscal.

III – VOTO

Ante o exposto, esta relatoria vota pela aprovação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre e o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2018.

Vereador Rodrigo Forneck
Relator

Os Membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, em reunião nesta data, decidem pela seguinte forma de votação do RREO do 2° Bimestre e o RGF do 1° Quadrimestre de 2018:

	VOTAÇÃO
Presidente: Vereador Rodrigo Forneck	DE ACORDO
Vice-Presidente: Vereador Railson Correia	
Membro Titular: Vereador Mamed Dankar	De acordo
Membro Titular: Vereador Emerson Jarude	De acordo
Membro Titular: Vereador Célio Gadelha	de acordo
Membro Suplente: Vereador Raimundo Neném	
Membro Suplente: Vereadora Lene Petecão	

Comissões Técnicas, em 13 de agosto de 2018.

Câmara Municipal de Rio Branco
46
Comissões
Técnicas
Esl. do Ac

CITAÇÃO DO ARTIGO 66 DO REGIMENTO INTERNO:

Art. 66 – As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer.

§ 1º - Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o parecer consistirá da manifestação em contrario, assinando-o o relator como vencido.

§ 2º - O membro da Comissão que concordar com o relator, aporá ao pé do pronunciamento daquele a expressão "pelas conclusões" seguida de sua assinatura.

§ 3º - A aquiescência às conclusões do relator poderá ser parcial, ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro da Comissão que a manifestar usará a expressão "de acordo, com restrições".

§ 4º - O parecer da Comissão poderá sugerir substitutivo à proposição ou emendas à mesma.

§ 5º - O parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requeira o seu autor ao Presidente da Comissão e este defira o requerimento.

"Valorize a vida, não use drogas"